

Arquitectura portuguesa no Jornal dos Arquitectos. O debate disciplinar entre 1981 e 2008.

### **Notas (im)precisas para uma leitura crítica. Dados (des)conhecidos para uma leitura sistemática.**

No âmbito da temática Revistas de Arquitectura, o presente artigo pretende pensar a possibilidade de reconhecer especificidade à arquitectura portuguesa, através de uma leitura crítica e sistemática dos textos e projectos publicados no Jornal dos Arquitectos (JA) entre 1981 e 2008.

Os *discursos*, que agora recuperamos, produzidos por conselhos editoriais, arquitectos e colaboradores do Jornal, representam um conjunto de questões que conferem pertinência a um debate em torno da arquitectura portuguesa, das suas circunstâncias e do contexto que as envolve, no sentido de uma aproximação constante à descoberta de um modo de saber fazer que, na relação com o real e na gestão das necessidades e compromissos, parece ser específico da condição portuguesa.

Assim, interessa sublinhar quais os valores permanentes que sustentam este modo de saber fazer e compreender o sentido das adaptações, aculturações e assimilações assinaladas por diferentes autores em diferentes contextos disciplinares.

As notas agora apresentadas cronologicamente permitem a estruturação de um fio condutor que une diferentes níveis de leitura, possibilitando uma observação do debate coevo em torno da arquitectura portuguesa, dos critérios editoriais e do debate de temas transversais, desde o modernismo à revisão do moderno.

### **Resposta a um problema<sup>1</sup>**

Em Novembro de **1981** é publicado o primeiro número do Jornal dos Arquitectos (JA). Com uma estrutura ainda de boletim, este apresenta uma diversidade de temas desde o “Ensino”<sup>2</sup>, às publicações de arquitectura em Portugal<sup>3</sup>. Dos temas eleitos pela direcção de António Mattos Gomes, salientamos aqueles que terão uma presença transversal a todos os conselhos editoriais daqui para a frente – o “Património”<sup>4</sup> e os Congressos<sup>5</sup> – em particular o Congresso de 48<sup>6</sup> e a constante recuperação das suas temáticas.

### **Elementos contraditórios<sup>7</sup>**

A cidade, os planos e o urbanismo são os temas centrais dos jornais publicados em **1982**. Na continuidade do debate em torno do “Património”, Lisboa é discutida e pensada ao longo das primeiras

---

1 A necessidade de um “diálogo entre arquitectos e destes com a sociedade”. Editorial JA 01.

2 “Programa de Actividades 1981-1982 ESBAL – Departamento de Arquitectura”. JA 01.

3 “Periódicos Portugueses de Arquitectura”. JA 01.

4 Carlos Tamm. “O Património e os Patrimónies”. JA 01.

5 “2º Congresso AAP 1981”. Ver suplemento JA 01.

6 1º Congresso Nacional de Arquitectura. Maio/Junho de 1948. Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 1948.

7 “Lentamente uma nova palavra infiltra-se no vocabulário dos arquitectos portugueses – pós-modernismo. Uma palavra e obviamente um conceito. Junta-se a outros que têm ponteadado, com maior ou menor vigor, a prática da profissão de há três ou quatro gerações para cá – modernismo, racionalismo, organicismo, nacionalismo, «português-suave», brutalismo, neo-populismo...

De cada um os arquitectos, em Portugal, porque a maioria desses conceitos é importado, sacam o substrato cultural que os cimenta ou, na maior parte das vezes, confessemos, a roupagem formal de que se revestem. (...) Daí a selecção ter procurado apresentar textos e imagens contraditórias e, portanto, polémicas.” Francisco Silva Dias. “Introdução aos Pós.Modernistas”. JA 05, p.04.

páginas dos jornais<sup>8</sup> ou em artigos do GUAL<sup>9</sup>, no qual se fazem reflexões sobre as alterações urbanas<sup>10</sup>. Mas é o debate em torno do Congresso de 48 que coloca as questões estruturantes para o entendimento da arquitectura portuguesa no contexto dos anos 80. Qual a nossa condição pós-moderna? Quais as alterações de paradigma na leitura das transformações sociais, culturais e territoriais portuguesas? Qual o papel do arquitecto? Assinalamos nestes primeiros jornais a presença, em artigos sobre exposições<sup>11</sup> e conferências, de duas dicotomias: internacionalismo e regionalismo, razão e intuição, numa viagem constante entre os anos 40<sup>12</sup>, o Movimento Moderno, o nacionalismo e o Inquérito<sup>13</sup>; e a novidade, a “casa do emigrante”<sup>14</sup>, a contradição e o “pós-modernismo”<sup>15</sup>.

### Eis posições modernas<sup>16</sup>

Do ano de 1983 salientamos a continuidade do debate em torno do pós-moderno, mais uma vez lançado a partir de duas exposições<sup>17</sup>. Neste contexto, surgem um conjunto de artigos que procuram alinhar argumentos a partir de “duas atitudes supostamente opostas como a que se passa entre os arquitectos da Escola do Porto e os outros, os de Lisboa”<sup>18</sup>. João Paciência procura explorar a importância que o desenho tem para cada um dos “grupos” de arquitectos e coloca em causa a possibilidade de se identificar a escola do Porto como um grupo homogéneo. Michel Toussaint contextualiza o debate, transportando-o para o cenário europeu e americano<sup>19</sup>. Manuel Graça Dias demarca-se do movimento moderno afirmando a necessidade de “gerir as heranças, encontrar novas maneiras de fazer significados, entre os velhos e os contemporâneos, para construir novas arquitecturas ou cidades”<sup>20</sup>. Curiosamente, no mesmo número, Nuno Teotónio Pereira escreve um longo artigo sobre a Federação das Caixas de

---

8 “Avenida da Liberdade – Património em Perigo”. JA 03; Av. Casal Ribeiro, com a legenda “a rotura urbana do Saldanha...da primeira rotura da estrutura urbana existente...à destruição total dos quarteirões sublimada num plano camarário”. JA 08-09; Planta da Av. da Liberdade, datada de 1887, com o título “Engratamento da Av. da Liberdade proposto pelo engenheiro Miguel Carlos Correia Paes”. JA 12-13.

9 Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa.

10 Eduardo Kol de Carvalho. “Renovação Urbana: um fenómeno”. JA 02; Fernando Gonçalves. “Transformação urbanística do território (1851-1974)”. JA 12-13.

11 Manuel Taíinha. “Os anos 40 na arte portuguesa”. JA 10-11.

12 Michel Toussaint. “As duas faces dos anos 40”. JA 10-11.

13 Huertas Lobo. “Resquícios do inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa”. JA 04.

14 J. P. Martins Barata. “Casas de Emigrantes no País Real”. JA 05.

### 15 Diálogo entre autores 1

(O Encontro Nacional – Dezembro 1969) “Foi o Congresso das grandes esperanças, de novas propostas que vão do ordenamento do território, à habitação colectiva de novos temas e novas palavras, da racionalização do plano e do projecto, à pesquisa da arquitectura regional, espontâneo e coerente com o meio, da indústria da construção ao ajuntamento social.

Propondo uma arquitectura que foi inovação, que às propostas formais ligava um profundo conteúdo cultural. De resistência. Perseguida. Por razões que a complexa personalidade de Cottinelli Telmo tenta denunciar na comunicação «Arquitectura Nacional – Arquitectura Internacional.» “Arquitectos e Congressos”, JA 3, p.09.

“Poderá falar-se em Pitoresco, Historicismo, Eclétismo e tantos outros «ismos» que as morais do Movimento Moderno tanto condenaram. Estas posições denunciam as falsas moralidades e acentuam a descrença da nossa época (...) Outras posições pretendem-se de uma nova abordagem racionalista que fundamentadas na tradição do Movimento Moderno organizadas entre as duas guerras, condenam os seus desenvolvimentos após a 2ª Guerra por colagem excessiva à sociedade capitalista/industrial a estender o pensamento da Arquitectura à cidade e a desenvolver o método tipológico e morfológico numa tentativa de encontrar os fundamentos reais da linguagem arquitectónica.” Victor Consiglieri e Michel Toussaint. “Para uma nova contradição na arquitectura?”. JA 05, p.07.

16 XVII Eis posições modernas, JA 21/22/23. Título do artigo de Manuel Graça Dias a propósito de 5 núcleos de exposições em Lisboa.

17 “Depois do Modernismo”, Fevereiro de 1983 e “Onze arquitectos do Porto”, Abril de 1983.

18 João Paciência. “A propósito de uma exposição”. JA 16-17-18.

19 Michel Toussaint. “Uma exposição como projecto”. JA 16-17-18.

20 A partir do livro “Depois da Arquitectura Moderna”, de Paolo Portoghesi, Manuel Graça Dias. “Moderno, funcional, e depois”. JA 16-17-18.

Previdência<sup>21</sup>, claramente recentrando o debate do pós-modernismo e concluindo que esta federação “realizou um trabalho com interesse na arquitectura em Portugal”.

### **Adequação<sup>22</sup>**

Do conjunto de números publicados no ano de **1984**, o tema em destaque é a “Profissão” – fala-se do direito à arquitectura, reclama-se a arquitectura para os arquitectos, fala-se da sua capacidade de intervenção e da necessidade da AAP afirmar a sua presença na sociedade<sup>23</sup>. Neste período assistimos também ao lançamento de uma nova secção do jornal com o título “O eclipse da Arquitectura sem arquitectos”<sup>24</sup> e que terá sequência em mais dois números no ano seguinte. Neste espaço a questão da “casa do emigrante” volta a estar em discussão, temendo-se um regresso aos equívocos da “casa portuguesa”.

### **Continuidade<sup>25</sup>**

O primeiro JA de **1985**, publicado ainda sob a direcção de Francisco Silva Dias, retoma o tema das novas perspectivas para a prática profissional, dentro do capítulo “O eclipse da Arquitectura sem arquitectos”, de Pedro Brandão<sup>26</sup> e ainda a questão do desenvolvimento da actividade dos arquitectos no interior do país, numa separata sobre o “Património”<sup>27</sup>.

Já com Gonçalo Byrne à frente da direcção do Jornal dos Arquitectos, observamos uma estratégia para recuperar temas estruturantes – o “Património”, a “História”, o “Ensino” e a “Crítica” – e procurar uma posição ponderada que contrarie o momento de euforia dos anos 80 e rejeite a ruptura, a favor de uma continuidade. No primeiro número são publicados artigos da autoria de José Manuel Fernandes e Manuel Lacerda sobre os Prémios Valmor<sup>28</sup>, surgindo com estes, o primeiro grande núcleo de projectos apresentados sob a forma de imagem. No último número deste ano, volta a surgir um novo alinhamento de projectos apresentado pelos mesmos autores, a partir do tema “A Arquitectura e a transformação da Cidade”<sup>29</sup>.

### **Tradição<sup>30</sup>**

---

21 Nuno Teotónio Pereira. “As casas económicas 1947-1969”. JA 16-17-18.

22 “Uma adequação cada vez maior das nossas capacidades, dos nossos modos de intervenção e das características da nossa produção àquilo que a sociedade tem o direito de esperar de nós terá de constituir, por isso mesmo, uma frente indispensável de reflexão e actuação que caminha a par com o reforço e a transformação da nossa expressão associativa.” Nuno Teotónio Pereira, JA 31/32, p.01.

23 “A Arquitectura para os Arquitectos. Novo alcance da profissão, novo alcance da AAP”. Editorial. JA 24-25.

24 Pedro Brandão. “1- Portugal muda de casa”. JA 31-32.

25 “Afirmando a importância das instituições e da história – Byrne traça um plano de «continuidade», fora do âmbito mais ideologicamente modernista ou acidentalmente «pós-moderno». Não deseja o «manifesto».” Jorge Figueira. Antologia JA 218-219, usando as palavras de Gonçalo Byrne em a “A fundamentação Teórica”. JA 49.

26 Pedro Brandão. “Reconhecer o terreno”. JA 33-34.

27 Branca Neves. “Profissão: Arquitecto a tempo inteiro. Local de Actividade: Nordeste Transmontano”. JA 33-34;

Michel Toussaint. “Valorizações dominantes do passado: A propósito de dois trabalhos de Luís Cunha”. JA 33-34.

28 José Manuel Fernandes e Manuel Lacerda. “Prémios Valmor dois apontamentos”. JA 35-36.

29 José Manuel Fernandes. “15 anos de Arquitecturas Marcantes em Lisboa 1970-1985”; Manuel Lacerda. “Notas à volta de Arquitecturas Recentes em Lisboa”. JA 42.

30 “Tradição, num sentido de continuidade, de longa duração. (...) dizer que a sedimentação patrimonial do saber disciplinar se viabiliza pela investigação do «tempo longo»; na consciência do seu fazer-se pelo esforço criativo da restauração da integridade orgânica do fenómeno arquitectónico, envolvendo o acto projectual num sistema de dialécticas múltiplas – o permanente e o novo, o universal e o particular, o erudito e o popular, os tipos construtivos e os tipos urbanos, as formas e os padrões culturais e institucionais seus referentes. (...) Assim, conceber é libertar os domínios da imaginação gerida e fortalecida no conhecimento, na memória, na tradição. Entre o etéreo e o prático F.

O ano de **1986** inicia-se com a chegada à meia centena de números do JA. No editorial, Gonçalo Byrne fala, em forma de balanço, nas transformações necessárias para um maior reconhecimento da prática da arquitectura<sup>31</sup> e de uma maior abertura à sociedade. Também em forma de balanço, José Manuel Fernandes apresenta de forma sistemática cinco dos principais temas mais publicados pelo JA até ao momento – *Vida associativa; Concursos; GUAL e as iniciativas da AAP; Lisboa e o Património e já agora as regiões; Textos Teóricos* – dos quais destaca o tema dos Concursos, “quase o único em termos de apresentação de projectos”, as diferentes perspectivas, urbanísticas e administrativas, dadas ao tema do Património e o tema dos textos Teóricos, que apesar de considerar “inesperadamente (...) um dos mais presentes” encontra neles “uma certa dificuldade em objectivar e exercer um hábito crítico sobre a actividade da arquitectura em geral”<sup>32</sup>. No âmbito dos textos críticos destacamos, mais uma vez, a importância das exposições nacionais (ENA) para o debate da disciplina e o artigo sobre Álvaro Siza e Tomás Taveira, no qual se procura “analisar as diferenças entre a arquitectura de ambos”<sup>33</sup> e onde estão patentes as incertezas de uma época.

### **Modos para uma arquitectura<sup>34</sup>**

A direcção de Gonçalo Byrne estende-se até metade do ano de **1987**, publicando mais quatro números. A estratégia mantêm-se, poucos projectos publicados, mais textos teóricos e debate dos temas estruturantes – o Ensino e o Desenho, a História e o Património. No JA 55, dedicado ao ensino da arquitectura, surgem um conjunto de textos, contextualizando-o historicamente<sup>35</sup> e contrapondo as duas escolas – Lisboa<sup>36</sup> e Porto<sup>37</sup>. No número seguinte, são publicados trabalhos de investigação dos historiadores José Eduardo Horta Correia e Rafael Moreira<sup>38</sup>.

---

Távora (re)colhe a circunstância, e aí faz evoluir a sua concepção ética da invenção.” Manuel Mendes, Exposição Nacional de Arquitectura (que situação, a da disciplina do desenho?), JA 51-52, p.04.

31 “Defender a autonomia da arquitectura passa por reconhecer desde logo que uma das condições dessa mesma autonomia é a forte inter-relação de diversos factores (o sítio, o programa, os meios) e de outros tantos interlocutores (o cliente, os engenheiros, o construtor) que convergem na sua feitura. É específico da prática arquitectónica a passagem duma ideia difusa a uma forma fixada através dum processo de sucessivos compromissos, residindo o «saber fazer» arquitectónico na condução desse mesmo processo, ou seja em certo sentido no ordenamento convergente daqueles mesmos discursos paralelos.” Editorial. JA 50.

32 José Manuel Fernandes. “5 anos de J.A. temas favoritos”. JA 50. p.04 e 05.

### **33 Diálogo entre autores 2**

“Outra característica da arquitectura de Siza é a simplicidade que se encontra na eleição de tipologias simples, com base na tradição portuguesa e na tradição Modernista-Racionalista de Taut e Oud. O interesse pela arquitectura tradicional vem-lhe desde os tempos de estudante, motivado dos seus contactos com Fernando Távora, seu professor, e da passagem que fez pelo seu atelier a partir de 1955. (...) Quanto a Tomás Taveira, a principal característica da sua arquitectura reside no efeito cenografia/imagem (...) Esta atitude é efectuada por uma simbiose de efeitos compositivos, de princípios, de formas, de vocabulários próprios e de uma linguagem simbólica que se expressa por metáforas, sinais e aspectos emblemáticos, tudo com o objectivo de transmitir uma tensão destes diversos elementos numa mesma obra.” Víctor Consiglieri e J. Teixeira Lopes, “Álvaro Siza e Tomás Taveira”. JA 51-52, p.17.

34 “Tenho pensado que ao impacto das modas importa contrapor a reflexão sobre os modos de uma outra arquitectura talvez para evitar a permanência monocórdica de novos modelos formais (um novo estilo oficializado?) ou como referia Álvaro Siza, ainda na Bienal de Soure, a «preocupante monotonia da variedade».” Gonçalo Byrne. “A fundamentação teórica”. JA 49, p.03.

35 Maria Calado. “O ensino da Arquitectura em Portugal – Abordagem Histórica”. JA 55.

36 Augusto Pereira Brandão. “A Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa”; Frederico George. “A ESBAL como foi?”. JA 55.

37 Alexandre Alves Costa. “Considerações sobre o ensino da Arquitectura”; Fernando Távora. “A FAUP como vai?”. JA55.

38 José Eduardo Horta Correia. “Vila Real de S. António. Levantada em cinco meses por Marquês de Pombal”; Rafael Moreira. “Uma utopia urbanística de Pombal. O «tratado de ruação», de José Figueiredo Seixas”. JA 56-57.

O primeiro número da direcção de Fernando Gonçalves recupera algumas das temáticas exploradas por anteriores direcções, dando relevo às exposições, aos concursos e à vida associativa<sup>39</sup>, mas também aos arquitectos portugueses, publicando uma entrevista a Álvaro Siza sobre os recentes projectos em Berlim, a cidade do Porto e o ensino na FAUP e um artigo de João Paciência sobre Alcino Soutinho. Na continuidade do número anterior, três novas conversas com Silva Dias, José Charters e Pedro Botelho. Nos números seguintes os concursos e a cidade de Lisboa voltam também ao debate no seio da JA.

### **Restos de Modernidade<sup>40</sup>**

O lançamento do concurso Texto Crítico marca o início do ano **1988**. Na continuidade do ano anterior a cidade de Lisboa volta a estar em destaque em quatro dos sete números publicados. No último número deste ano, são publicados os prémios do concurso Texto Crítico<sup>41</sup> e dois artigos no âmbito da arquitectura portuguesa, retomando novamente o tema do Congresso e o Pós-Modernismo<sup>42</sup>.

### **Relação entre elementos<sup>43</sup>**

No âmbito do estudo da arquitectura portuguesa destacamos os dois primeiros números publicados em **1989**. No primeiro, o tema central é o Concurso para o Centro Cultural de Belém. São publicadas entrevistas com os arquitectos Manuel Salgado, Gonçalo Byrne e Manuel Tainha e um artigo de Nuno Portas – *Gregotti ou Byrne: Eugénio dos Santos ou Ressano? Depoimento de um Membro do Júri*. No segundo número, as atenções voltam-se novamente para o Porto, para Álvaro Siza, recentemente premiado pelo “Colégio de Arquitectos de Espanha”<sup>44</sup> e para a arquitectura do século XX na cidade, novamente com um artigo de José Manuel Pedreirinho. Ainda neste ano, um número recupera o concurso de Sagres, apresenta mais uma Exposição Nacional de Arquitectura e publica o prémio AICA/SEC entregue a Gonçalo Byrne e novamente um artigo sobre o Congresso de 48<sup>45</sup>.

### **Com o sítio e a construção<sup>46</sup>**

---

39 Michel Toussaint. “A actualidade de Conceição Silva”. Texto no seguimento da exposição organizada em homenagem ao arquitecto Conceição Silva. JA 58.

40 Título do artigo de Paulo Manuel Simões, vencedor do concurso Texto Crítico. JA 73.

41 1º Prémio. Paulo Manuel Simões. “Restos de Modernidade”; 2º Prémio. Madalena Cunha Matos. “O sentido Oculto”; 3º Prémio. Manuel Mendes.

42 José Manuel Pedreirinho. “O congresso de 48 e os Arquitectos”; Vítor Neves. “A crítica do Espaço. A nova Arquitectura Portuguesa”. JA 73.

43 “o júri favoreceu, para a segunda volta, soluções que privilegiaram um certo entendimento urbano da Arquitectura sobre o seu entendimento enquanto objecto singular – atitude esta tão justificável, à partida, quanto a inversa. (...) É facto que as propostas Gregotti e Byrne tinham aspectos comuns... (...) A base, o conceito-chave do «plano», é em ambos uma malha. Não uma malha construtiva modular, mas sim uma malha, um *traçado*, de espaços públicos postos em relação ou mesmo em continuidade com a morfologia urbana envolvente. (...) Pareceu-me assim, especialmente interessante neste concurso o convite que nos é feito para discutir as variações possíveis das relações entre os elementos da cidade e os elementos do ou dos edifícios que a concretizam, dada a maturidade conceptual com que nestes (três) concorrentes se articulam instrumentos urbanísticos e/ou arquitectónicos. (...) mais me fascinou desde a primeira volta: a conjugação entre monumento (ou não) e sítio (feito ou a fazer).” Nuno Portas. “Gregotti ou Byrne: Eugénio dos Santos ou Ressano? Depoimento de um membro do júri”. JA 74/75, p.06.

44 Margarida Carmo. “Colégios de Arquitectos de Espanha premeiam Siza Vieira”. JA 76.

45 Ana Isabel de Matos Ribeiro. “A procura do Acerto (im)possível. Relembrando o Congresso de 48”. JA 80-81.

46 “defende a moradia como um «reduto da nossa intimidade, último refúgio do indivíduo contra a investida de todas as aberrações do colectívismo» (...) método de projectar, relacionado com as posses e vontades do futuro habitante, mas também com o terreno, com o sítio e a construção, na procura de uma expressão estética ajustada a tudo isso. (...) Entre a Economia e a Beleza. São as «Virtudes» decorrentes destes dois conceitos, que as unificam na concretização do projecto: Solidez; Isolamento; Ar e Luz; Comodidade; Naturalidade, Verdade; Amor.” Michel Toussaint “I Trienal de Arquitectura Sintra 1990 – Casas de Raul Lino”, JA 85, Março 1990, p.22e23.

O ano de **1990** é marcado por um forte debate da arquitectura portuguesa a partir de uma vasta divulgação de projectos de arquitectos do Porto. No número 83-84 surge uma primeira referência para “aquele que promete ser o mais importante ciclo de conferências sobre arquitectura realizado em Portugal”<sup>47</sup>. No número seguinte, um artigo sobre a arquitectura do Porto entre os anos 20 e 50<sup>48</sup>, apresenta uma selecção de um conjunto de obras fundamentais para o desenvolvimento do Movimento Moderno na cidade e no país. Em Maio, o JA volta a fazer referência aos “Discursos sobre Arquitectura”, desta vez, à conferência de Álvaro Siza. Num artigo sobre esta, José Salgado realça a forma como Siza faz a “desmontagem da génese dos diferentes trabalhos”, respondendo àqueles que os caracterizaram como “monótonos” e “imaginativos”, com uma aproximação constante ao real, na relação com a História e definindo o papel do arquitecto quando é chamado a intervir no tecido urbano. Meses depois, Siza é convidado para assumir o plano de reconstrução do Chiado, o JA faz uma primeira nota sobre o acontecimento<sup>49</sup> e publica um texto do arquitecto sobre o plano de intervenção. Ainda no mesmo número surge a segunda parte do artigo sobre a “Arquitectura no Porto no século XX”<sup>50</sup>. Para terminar esta incursão pelo Porto o JA publica o projecto vencedor para o edifício sede da SRN<sup>51</sup>.

### **Conjuntura, contingência e coincidências de um território**<sup>52</sup>

Em **1991** celebra-se o décimo aniversário do JA e a chegada ao centésimo jornal. É um período de balanços quanto ao percurso realizado, à forma e aos conteúdos<sup>53</sup> das políticas editoriais. Mas é também

---

47 Roteiro. “Discursos sobre Arquitectura”. JA 83-84. O ciclo de conferências foi organizado na FAUP, em 1990, por Carlos Machado, Eduardo Souto de Moura, João Pedro Serôdio, José Bernardo Távora, José Paulo dos Santos, Manuel Mendes. E foi agora repostado, passados vinte anos, com o título “Discursos Re-visitados”, uma organização da OA-SRN e da FAUP, sendo o comissário convidado Jorge Figueira.

#### **48 Diálogo entre autores 3**

“As décadas de 1920 até ao imediato pós-congresso foram marcadas pelo grande desenvolvimento urbano da cidade e por uma produção arquitectónica que oscilou entre o que demais moderno se fez em Portugal e as obras tradicionais do «português suave». Alexandra Trevisan da Silveira, Ilda Seara, José Manuel Pedreirinho. “Arquitectura no Porto no século XX”. JA 85, p.26

49 “O Chiado a Fénix de Siza”. JA 89-90.

50 “As décadas de 1920 até ao imediato pós-congresso foram marcadas pelo grande desenvolvimento urbano da cidade e por uma produção arquitectónica que oscilou entre o que demais moderno se fez em Portugal e as obras tradicionais do «português suave». (...)

“Os anos que se seguem ao I Congresso dos Arquitectos, em 1948, são de alguma perturbação para a Arquitectura Portuguesa que hesita entre a continuidade apontada pelo regime e a contestação que toda a nova geração de arquitectos ensaiara no Congresso, mas são em termos da cidade do Porto os anos fundamentais para a estruturação daquilo que hoje em dia é cada vez mais aceite sob a designação, um pouco vaga e genérica, de «Escola do Porto». Alexandra Trevisan da Silveira, Ilda Seara, José Manuel Pedreirinho. “Arquitectura no Porto no século XX. De 1950 aos nossos dias”. JA 89-90, p.15.

51 “E o JA foi ao Porto como prometido. Mas «quem tarde nasce...»”. JA nº85

52 “Na transição de setenta para os primeiros anos de oitenta, em boa parte da cultura arquitectónica portuguesa assistiu-se a um esgrimir de imagens, formas, gestos, modas e vontades mais do que ideias e conceitos críticos de fundamentação dessas novas formas emergentes. (...) na segunda metade da década de oitenta, na resolução das precariedades do seu desempenho e destino, não surpreende que, na prática disciplinar da arquitectura em Portugal, resistência e experimentalismo pressionem a reconsideração do equilíbrio vocacional do seu saber e do seu ofício, dos instrumentos e das componentes do seu conhecimento e das cadeias de relacionamentos na sua «substância unitária». (...) não surpreende que o acto arquitectónico se reveja pelo questionamento das suas convenções numa dialéctica mediação entre tradição e transformação, procurando a cada momento condições de síntese na e pela noção de modificação transmitida no procedimento do desenho da transformação parcial.” Manuel Mendes, “Arquitectura Portuguesa recente. Conjuntura, contingência, coincidências de um território”, JA 100, p.49 e 50.

53 JA 100, textos dos antigos directores – António Mattos Gomes, Gonçalo Byrne, Fernando Gonçalves – e do à data director, Francisco Silva Dias.

um período de balanço crítico relativamente ao final dos anos 80 e ao futuro da arquitectura portuguesa<sup>54</sup>. Destacamos dois momentos: o artigo de Manuel Mendes, onde são discutidas com profundidade as questões da cultura e da identidade, com referências a Eduardo Lourenço<sup>55</sup>; e a participação portuguesa na Europália<sup>56</sup>. Estes acontecimentos reabrem um debate em torno do reconhecimento do contexto particular da arquitectura portuguesa, das suas condições e condicionantes e do seu envolvimento na definição e caracterização de uma identidade portuguesa, que ao mesmo tempo parece ela própria agir sobre a arquitectura. É interessante verificar que na diversidade dos projectos apresentados nos dois textos, encontram-se “coincidências”, “pontos de referência” e “um conjunto de preocupações atinentes às referências locais ou culturais que presidiram aos projectos e ao modo como as obras se constituíram elas próprias em novas referências culturais da paisagem construída”.

### **Compromisso<sup>57</sup>**

A alteração do formato do jornal (mais próximo da revista) e o arranque de uma nova estratégia editorial, propondo um tema por número, o que de resto já vinha a ser ensaiado desde o início da direcção de Silva Dias, promove, no ano de **1992**, o aparecimento dos primeiros números monográficos. Este dado, no nosso entender, vai proporcionar um equilíbrio até aqui inexistente entre texto crítico e publicação de projectos, permitindo conhecer o trabalho de diferentes arquitectos e ao mesmo tempo inserir artigos de “crítica de arquitectura” sobre os mesmos.

---

54 JA 106 textos publicados na secção “Balanço 1991”. João Belo Rodeia. “O fim da inocência”; Michel Toussaint. “Tempo de impasse”; José Manuel Pedreirinho. “(Re)pensar o Arquitecto”; Pedro Vieira da Almeida. “1991: Balanço Crítico”; Paulo Varela Gomes. “1991: Tudo na mesma, as continuam a mudar”.

### **55 Diálogo entre autores 4**

“ (...) reflecte «uma polémica interna. Uma muito velha polémica acerca de nós mesmos e dos valores da nossa cultura» (...) persistente ficção da grandeza sonhada ou glorificada da alma nacional, as imagens de si relevadas ou idealizadas indicam um nostálgico recolhimento e um tempo metamorfoseado na sombra mirífica de um destino à deriva. (...) A arquitectura portuguesa apresenta-se não só heterodoxa relativamente ao que convencionalmente se aceita como «arquitectura moderna», mas, também, porque na hibridez dos seus excessos se coloca à margem da modernidade estabelecida, e fora do âmbito das suas críticas frontais. (...) Sem falsos regozijos, descortinar no local e no quotidiano o pulsar da vida própria é, certamente, o caminho para a operativa e transformadora reconciliação. «O combate da nossa cultura consigo mesma – no qual a referência ao estrangeiro este naturalmente implícita – é o nosso verdadeiro combate. (...) E que a sua pertinência se manifeste como expressão resistente do génio de periferia, movimentada a partir de territórios impuros, de transformação lenta, de experiência conflituosa; processo criativo que recolhe os seus materiais frágeis no desnudamento do mundo empírico e na memória da arquitectura; em que as fendas, as clivagens, as dobras provocadas no existente são, na resolução precária da sua (in)comunicabilidade marginal e provisória, sugestão bastante da construção da arquitectura.”

“Sem pressionar uma interpretação definitiva e unificadora para caracterizar o panorama português, num primeiro momento, devem sublinhar-se algumas coincidências definitórias do seu território: o distanciamento entre administração e cultura, o desempenho profissional no interior, a fundação do projecto no pressuposto de dois pólos agitadores, referenciais.” Manuel Mendes, “Arquitectura Portuguesa recente. Conjuntura, contingência, coincidências de um território”, JA 100, p.50 a 53.

56 “Trata-se da questão das relações entre arquitectura e os lugares, entendendo-se lugar como conceito amplo que engloba o sítio (físico) como as suas características culturais. Esta questão – que a arquitectura portuguesa, como outras, vem debatendo desde os anos 50 (ou mesmo o final do século XIX com a «Geração de 90») – torna-se particularmente pertinente na nossa época.”

“Mas partiu-se do princípio que a questão de uma “arquitectura portuguesa” não é (nunca foi desde o final do século passado) uma questão encerrada. A sua manutenção em aberto (mais ou menos recalcada conforme os períodos) é interessante por uma questão apenas: porque é sintomática de um desconforto que a nossa cultura arquitectónica (como outras) tem de resolver: o desconforto da perda de raízes.” Paulo Varela Gomes. “Pontos de Referência: A Exposição de Arquitectura Portuguesa na Europália”. JA 103-104, p.26 e 27.

57 “Ora o lembra aqui as palavras de Mestre Ramos na abertura da exposição da ODAM, vem a propósito de ser possível dizer que talvez numa leitura mais atenta a designação de “geração de compromisso”, seja melhor adequada, precisamente à geração do ICAT-ODAM, do que à geração de 27, já que será de facto naquela – na geração ICAT-ODAM – que o sentido do “compromisso” vai ser determinante.” Pedro Vieira de Almeida, “Percursos de Carreira – Raul Chorão Ramalho”, JA 112-113, p.54.

Através de mais um ciclo de conferências organizado pela AAP, designado “Percurso de Carreira”, o JA tem como pano de fundo dois números dedicados a arquitectos portugueses. No primeiro Hestnes Ferreira, Manuel Vicente e Manuel Tainha<sup>58</sup>, no segundo, Pancho Guedes, Victor Figueiredo, Chorão Ramalho, Maurício Vasconcelos e Luiz Cunha<sup>59</sup>. Ainda durante o ano de 1992, são publicados um conjunto de artigos da autoria de Ana Isabel Ribeiro<sup>60</sup>, de José Manuel Fernandes<sup>61</sup>, de Manuel Mendes<sup>62</sup>, de Pedro Vieira de Almeida<sup>63</sup> e de Luísa Rolim<sup>64</sup> e finalmente uma entrevista a três historiadores portugueses<sup>65</sup>.

### **Relação com o lugar<sup>66</sup>**

A entrada em **1993** de uma nova equipa editorial dirigida por Michel Toussaint introduz no JA um certo pragmatismo imposto pela vontade de tornar possível e viável a continuidade da sua publicação. Não se pode falar numa ruptura com os critérios editoriais anteriores mas sim de uma optimização de recursos. O longo período desta direcção à frente do JA irá revelar um constante compromisso com a circunstância e com as possibilidades de cada momento para publicar o jornal. A vontade de uma pluralidade e a procura de consensos estará sempre patente. A convicção da possibilidade de obter uma “revista de reflexão e crítica em torno da Arquitectura e do que os arquitectos fazem”<sup>67</sup> a partir de uma intensa publicação de projectos, sobretudo concursos, irá deixar para segundo plano os artigos de fundo e de crítica de arquitectura, promovendo o pensamento através da imagem.

---

58 JA 107.

59 JA 112-113.

#### **60 Diálogo entre autores 5**

“A consonância de razões encontra-se, precisamente no entrecruzar de um fazer possível que se exprime num conjunto de compromissos e de cumplicidades com o “fazer moderno” e o regionalismo. Não é assim possível fazer uma dicotomia entre um antes e um depois.” Ana Isabel Ribeiro. “A exposição do mundo português ou a alegoria efémera da cidade”. JA nº109, p.23; “ (...) anota-se em conclusão, quanto ao problema de uma arquitectura tradicional ou de feição nacional: que o “portuguesismo” da obra de arquitectura não pode continuar a impor-se através da imitação de elementos do passado, sobretudo quando os processos de construção não sejam os tradicionais.” Ana Isabel Ribeiro. “A Exposição, os Congressos e a Imprensa”, JA 111, Maio 1992, p.21; “A exposição “15 anos de obras públicas – 1932-1947”. JA 110; A propósito do “Prémio de Arquitectura Pardal Monteiro”. JA 112-113.

61 “Que sentido tem hoje a procura de valores ditos “nacionais” ou “portugueses”, associados à arquitectura? (ou como “actualizar” valores do passado à luz de um “sentir” mais próprio de nós?).” José Manuel Fernandes, “Coisas das Ilhas...a propósito de duas obras recentes de Arquitectura, construídas no arquipélago dos Açores”, JA 107, Janeiro de 1992, p.12.

62 “Entretenimento que, pese o risco beato da sua urdidura de umbigo, quer descortinar nas manifestações recentes da componente teórico-crítico do panorama arquitectónico português (sejam as da “especificidade e das constantes”, as da “nostalgia e modernidade”, ou as das “iluminações inócuas do teórico de cartilha”) sinais úteis – eventualmente compensatórios – duma qualquer tentação para balanços ou enterros prematuros. (...) Pelo que permaneço ligado à ideia de arquitectura e à evolução da sua prática e investigação “como actividade colectiva, não heróica, na qual o contributo individual pode ser fértil na medida em que estabeleça também um adequado conjunto de verdades consensuais, de “modos” que se tornem receptivos”. Manuel Mendes, “Não basta fazer sombras chinesas, é preciso construir imagens capazes de auto-movimento”, JA 110, Abril 1992, p.42,43.

63 “A língua tem sido talvez, de todo o espólio patrimonial, aquela estrutura que melhor se tem prestado às mais calorosas declarações de tersa atitude de identificação, com uma defesa dos valores de identidade nacional, para não referir os pios votos de uma vocação universalista, eternamente latente, mas nunca cumprida.” Pedro Vieira de Almeida, “A língua, nosso património”, JA 117, Novembro 1992, p.17.

64 Luísa Rolim. “Keil do Amaral, o arquitecto dos jardins” e “O Atelier GALP. 40 anos de arquitectura 1950-1990”. JA 112-113.

65 Maria Calado, Paulo Pereira e Paulo Varela Gomes. “O dilema da Arquitectura Portuguesa”, no âmbito do 6º Congresso AAP. JA 112-113.

66 “O século XX português abre com a polémica Raul Lino/Ventura Terra a propósito do pavilhão nacional da Exposição Universal de Paris em 1900. Não se tratava directamente de discutir a implantação de tal edifício na “Cidade Luz”, mas estava implícita uma relação com um lugar: Portugal.” Michel Toussaint, JA 120, p.16.

67 Michel Toussaint. Editorial. JA 120.



## Maneira de Fazer<sup>68</sup>

O início de cada ano com um número dedicado aos concursos será uma constante durante o período desta direcção, o ano de **1994** não foi uma excepção. A estrutura do ano anterior repete-se, os números publicados correspondem ao acompanhamento de alguns acontecimentos mais mediáticos no âmbito da arquitectura<sup>69</sup> e com a pertinência e eficácia necessárias são lançadas temáticas que permitem uma divulgação alargada do trabalho dos arquitectos em diferentes áreas da sua actividade – Habitação, Industria, Escritórios, Universidades, Prémios. A relação de proximidade entre a AAP e a Câmara Municipal de Lisboa, ou o simples interesse de pensar os problemas da cidade, no momento em que esses estavam a ser discutidos do ponto de vista político, marcou também a agenda do JA com a publicação de um conjunto de números dedicados a Lisboa<sup>70</sup>.

## Caso a caso<sup>71</sup>

O ano de **1995** inicia com dois números sobre concursos. Nos números seguintes, dedicados aos “Planos de Urbanização” e à “Reabilitação Urbana”, Lisboa surge novamente em destaque em três deles<sup>72</sup>. Ainda no âmbito dos planos é publicado também um número sobre a cidade do Porto. A circunstância permitiu uma entrevista do JA aos arquitectos Herzog & de Meuron, em Basileia e falar de Frank Lloyd Wright e Luis Barragán a partir de duas exposições, uma na AAP e outra no CCB.

## Diversidade<sup>73</sup>

Também da circunstância viveu o ano de **1996**. No seguimento de exposições, comemorações e viagens, este ano foi preenchido com um conjunto de monografias dedicadas aos arquitectos<sup>74</sup> e às cidades<sup>75</sup> sem, no entanto, deixar de cumprir a obrigação da divulgação dos concursos. No âmbito da arquitectura

---

68 “Pela observação dos factos penso que não possuir uma maneira própria de fazer foi sempre a grande maneira de ser original. (...) E nessa procura incessante «ou segues a tradição ou inventas alguma coisa que tenha consistência em si mesma» como disse Horácio. (...) No seu fazer ele projecta o presente no passado com a memória e no futuro com a imaginação. E não se veja nisso qualquer inclinação pessoal ou crítica para o historicismo, para um ecletismo de nova geração, mas apenas o reconhecimento da continuidade histórica do fazer da arquitectura.” Manuel Tainha, JA 140, p.28.

69 JA 135. Dedicado ao projecto para a Gare do Oriente; JÁ 138-139. Dedicado ao Prémio Secil 94.

70 “Chiado”. JA 134; “Banhos de S. Paulo”. JA 140; “Planos Directores Municipais”. JA 141; “Workshop de Arquitectura «Projectar em Lisboa»”. JA 142.

71 “Momento a momento, caso a caso, os consensos terão que ser encontrados para que o arquitecto e a sua equipa possam trabalhar, avaliando as condições de conhecimento e as condições políticas para, com base nelas, poder projectar, poder criar, pois também de criação se trata, mesmo sobre um Monumento Nacional, mesmo sobre o mais valorizado dos vestígios arquitectónicos do passado comum de uma comunidade, nação ou país.” Michel Toussaint, “Re...”, JA 147, p.09.

72 “Expo ‘98. Plano de Urbanização. Planos de Pormenor”. JA 148; “Bairros Históricos. Lisboa”. JA 151; “Lisboa. Projectos e Planos”. JA 153.

73 “A Arquitectura Portuguesa apresenta desde há séculos uma consistência da sua identidade – de matriz mediterrânica, ibérica e europeia – mas alicerçada na diferença de um processo histórico de viagem, de afirmação em universos múltiplos, peninsulares e ultramarinos.

Hoje, presente e actuante nas ilhas Atlânticas, na Europa ou no Extremo Oriente, a arquitectura portuguesa exprime claramente um conteúdo de diversidade, um desejo de actualidade e uma experimentação da modernidade.” José Manuel Fernandes, “Portugal em Milão e a herança Moderna”, JA 158, p.12.

74 Octávio Lixa Filgueiras. JA 159; Cezary Bednarski. JA 160-161.

75 Macau. JA 162 e 163. Veneza. JA 164.

portuguesa são de realçar os números dedicados à habitação unifamiliar<sup>76</sup>, ao Prémio Secil<sup>77</sup> e a dois importantes arquitectos da história portuguesa Possidónio da Silva e Viana de Lima<sup>78</sup>.

### **Materiais locais<sup>79</sup>**

Apesar da continuidade do formato e dos critérios de publicação, esta segunda fase é marcada por uma diminuição assinalável de jornais. No ano de **1997** apenas seis. Os temas centrais mantêm-se – concursos, monografias<sup>80</sup> e a cidade. No âmbito da arquitectura portuguesa, salientamos apenas a presença de um artigo sobre o arquitecto Raul Chorão Ramalho<sup>81</sup>, acompanhando a exposição patente na Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea da Câmara Municipal de Almada.

### **Celebração da memória<sup>82</sup>**

O ano de **1998** é marcado pelo regresso a alguns temas anteriormente tratados. Por entre o pano de fundo dos concursos e das monografias, assinalamos o regresso às cidades internacionais – Córdova<sup>83</sup> e Frankfurt<sup>84</sup>. É precisamente neste último número e pela “operação Portugal na Feira do Livro de Frankfurt” e da “grande exposição sobre Arquitectura em Portugal no século XX, que o museu da cidade acolheu”<sup>85</sup>, que o tema da arquitectura portuguesa e da especificidade voltam a entrar em debate no JA, através de dois artigos de fundo que Ana Tostões e Alexandre Alves Costa assinam. O primeiro artigo, realizado no âmbito da exposição portuguesa em Frankfurt, apresenta uma ideia de um “percurso com alguma solidez e continuidade”, reconhecido no meio da diversidade e das experiências do século XX<sup>86</sup>. Em tom poético e ao mesmo tempo simples e experimentado, numa procura permanente da síntese, Alexandre Alves

---

76 “10 Moradias”. JA 157.

77 “Prémio Secil 96”. JA nº1165. Alinhamento sistemático dos projectos apresentados. Os critérios editoriais mantêm-se quanto ao modo de introduzir o “debate disciplinar” entre arquitectos – mais imagens, menos texto.

78 “Possidónio da Silva” e “Viana de Lima – um percurso moderno em Portugal”, JA 166/167.

79 “A integração da arquitectura moderna portuguesa no seu meio ambiente estará mais próxima, se, na síntese resultante dos seus condicionalismos, os materiais locais – o azulejo é um deles – tiverem o seu lugar importante. (...) Foi assim que os arquitectos portugueses, mergulhados nas possíveis modernidades do pós-guerra, encararam o uso do azulejo renovado à luz das ideias que fluíam “de fora para dentro” com outra facilidade, na medida em que o Estado Novo, abandonando a sua vontade em se significar culturalmente, e num outro contexto internacional, deixou de ser écran para os criadores portugueses.”

80 JA 174/175, número inteiramente dedicado a Aldo Rossi 1931-1997.

81 Michel Toussaint. “Raul Chorão Ramalho, um percurso possível no pós-guerra”. JA 170. p.14-31.

82 “A arquitectura portuguesa é terreno de cruzamento de culturas. É na forma como interpreta os modelos exteriores e os adapta à sua realidade que encontraremos a sua especificidade. (...) A sua história é um processo evocativo, espécie de celebração da memória que, resultando de um processo empírico, dificilmente se distancia do senso comum. Por atenção à realidade procura elementos de uma continuidade, adequando os modelos do passado a novas situações ou transformando-os em contacto com outros.” Alexandre Alves Costa, “Arquitectura Portuguesa”, JA 185, Agosto 1998, p.39.

83 JA 180-181

84 JA 185

85 Michel Toussaint. Editorial. JA 185.

### **86 Diálogo entre autores 6**

“(…) um caminho feito de avanços e recuos, de experiências e conquistas, de rasgos mas sobretudo de maior acento na continuidade. (...) Situação periférica, desfazamento temporal e atraso tecnológico, têm sido referidos como factores determinantes na definição da especificidade da arquitectura portuguesa baseada na vontade de criar metodologias seguras, situação patente nos autores mais significativos das últimas décadas. Por isso podemos dizer que esta produção, à margem, mas não por isso menos qualificada, se afirma através de um percurso com alguma solidez e continuidade, mais permeável a influências externas do que ele próprio influenciador. (...) Essa consistência advirá muito certamente do facto de se tratar de uma arquitectura sustentada com «coisas reais», construída a partir da resposta às múltiplas implicações de programas, orçamentos e sítios, e às vontades de criadores e encomendadores, que se constituiu como uma verdadeira tradição de pragmatismo por vezes mais determinante do que a própria tradição cultural. Por outras palavras, pode afirmar-se que o grosso da produção qualificada tem revelado uma exigência de realismo construtivo, de sentido prático na resolução de programas ou na viabilidade concreta dos projectos singular e genuína no quadro europeu.” Ana Tostões, “Portugal: Arquitectura do século XX”, JA 185, p.13 e 14.

Costa, transporta-nos para fora de Portugal, ou para o Portugal fora do continente, e mostra-nos a nossa arquitectura, afirmando, “existe uma arquitectura portuguesa”<sup>87</sup>. Ainda neste ano, um número dedicado ao Congresso da AAP publica um conjunto de artigos<sup>88</sup> que nos conduzem de novo para a década de 40, relançando o debate disciplinar entre o “Português Suave”, o “Moderno” e o “Pós-Moderno”.

### **Circunstância<sup>89</sup>**

O último ano de Michel Toussaint à frente da direcção do JA é simultaneamente o fechar de um ciclo longo, que cada vez mais impunha grandes dificuldades, e ao mesmo tempo um momento de “novo fôlego”, pelo apoio concedido por parte do Conselho Directivo Nacional. No entanto, as consequências desse maior apoio só se tornarão mais visíveis com a entrada da nova direcção e com os contrastes que esta irá introduzir. Assim, o ano de **1999** inicia com o número habitual de divulgação dos concursos, apresentando de seguida três números sobre o Metropolitano de Lisboa, onde são publicados a história, as primeiras estações, os arquitectos, os concursos para as estações mais recentes e os projectos. Com enorme simplicidade, completa-se um ano de publicações, é certo, com um número reduzido de jornais, mas mantendo a lógica inicial das temáticas e a coerência dos critérios editoriais. Destacamos ainda o artigo solitário sobre Jorge Segurado<sup>90</sup>.

### **Tempo (de mudança)<sup>91</sup>**

O primeiro número do ano **2000** é o último de Michel Toussaint enquanto director do JA. “(...) publicam-se os concursos, que tiveram o apoio da Ordem dos Arquitectos, durante os anos de 1998 e 1999. Ficará para registo e memória como os que se publicaram anteriormente com este tema”<sup>92</sup>.

---

87 “Portugal vai-se compondo em oposições permanentes: autoridade e permissividade, projecto e espontaneidade, centralismo e regionalismo, nacionalismo e internacionalismo, aventura radical e conservadorismo estagnante, experimentalismo e escolástica, razão e sentimento. (...) Pode-se, portanto, perguntar, com toda a legitimidade, se um conjunto de diversidades desembocaram em intercâmbio recíproco ou até que ponto se realizaram verdadeiras sínteses que definam uma cultura nacional aproximadamente comum ao conjunto do território. (...) Na sua variedade, na sua espontaneidade e no seu ecletismo, que nunca lhe retiram um genérico carácter de família que nos permite a sua permanente identificação, existe uma arquitectura portuguesa. (...) o estilo não conta, que os valores morfológicos são retórica literária de circunstância e o que nos marcou foi a capacidade de, perante o modelo normalmente importado, criar séries tipológicas de grande perenidade, onde aquele, verdadeiramente “o monumento”, é excepção e não mais nem menos do que a cabeça de uma família. (...) sendo os seus critérios sobretudo os da eficácia da resposta e não a artisticidade ou o domínio activo e pessoal da linguagem da erudição arquitectónica. Daí o seu conservadorismo estrutural. Daí a resposta experimentada ser a mais segura, daí as réplicas, daí a dificuldade de estabelecer autorias fora das provas documentais escritas. (...) De facto, os critérios da arquitectura portuguesa não são tanto os da coerência, mas sobretudo os da eficiência e, por isso, muito ligados ao imediatismo da técnica produtiva. Conferindo um crédito quase total ao senso comum, faz dele critério latente de verdade, julgado patente na leitura da tradição. (...) A arquitectura portuguesa é sobretudo construção, espaço de suporte para a acção, cujo significado não contamina o desenho. Apura-se simplificando-se, comunica antes de mais pela decoração que não interfere nos valores estruturais. (...) Parafraseando Fernando Pessoa que disse, a minha pátria é a minha língua, eu penso que poderemos com propriedade dizer que a nossa pátria também é a nossa arquitectura.” Alexandre Alves Costa, “Arquitectura Portuguesa”, JA 185, Agosto 1998, p.37 a 43.

88 Nuno Teotónio Pereira. “O que fazer com estes 50 anos”; Ana Tostões. “Congresso de 48 e ruptura moderna”; Ana Vaz Milheiro, “Entre o «português suave» e o Modernismo”, JA 186.

89 “O tom algo pessimista do último Editorial (nº187-188) já não se justifica. De então para cá, o Conselho Directivo Nacional debruçou-se sobre o Jornal dos Arquitectos e assegurou um outro acompanhamento e gestão de ordem financeira, bem como uma reconstituição da muito abalada equipa de produção (...) desde lá até agora, a base periódica do Jornal dos Arquitectos reduz-se para cinco números anuais, não sendo de excluir um número maior caso as circunstâncias o solicitarem e permitirem.” Michel Toussaint, JA 189, p.11.

90 Andreia de Carvalho Galvão. “Jorge Segurado (1889-1990), o Arquitecto, o seu tempo e a sua obra”. JA 189.

91 “A Foz. O tempo antigo. O Damião e a Rosa das Burras. A família do Douro. A vida em minha casa. O carroção e sua história. Meu tio e o carroção de via estreita. O tempo moderno. A sociedade na Foz. Os bailes. As senhoras portuenses”. Ramalho Ortigão. “As praias de Portugal”. JA 195, p.09.

92 Michel Toussaint. Editorial. JA 194. P.11.

O «novo» JA inicia-se com as palavras de Manuel Graça Dias, “creio que o J.A. deveria tentar ser um pouco mais teórico, levando aos seus leitores pretextos para alguma reflexão, crítica, discussão, diálogo”<sup>93</sup>. Os primeiros números desta nova série propõem ao leitor uma profunda reflexão sobre a arquitectura portuguesa, o seu percurso ao longo do século XX e os novos contextos da contemporaneidade. Recorrendo à dicotomia Urbano/Rural<sup>94</sup> (ao Inquérito à Arquitectura Regional, a Raul Lino e também à arquitectura Moderna) e ao tema da Arquitectura de Turismo<sup>95</sup> (Casas de Férias<sup>96</sup>, FNAT<sup>97</sup> e Pousadas de Portugal<sup>98</sup>). Esta procura de um entendimento da contemporaneidade tem, no nosso entender, inerente uma procura da diferença portuguesa, dos processos paralelos aos acontecimentos e transformações do pós-guerra europeu – é uma procura da identidade portuguesa. Os temas do Património e da História surgem com naturalidade para quem quer entender o passado, viver o presente e pensar o futuro<sup>99</sup>.

### Expressão<sup>100</sup>

A importância e profundidade de um número<sup>101</sup> dedicado em exclusivo à arquitectura portuguesa durante o ano de **2001**, obriga, dadas as dimensões e os objectivos deste artigo, a concentrar nele as nossas observações deste ano. “Segundo George Kubler (historiador americano), Portugal, entre 1521 e 1706 (ou “entre as especiarias e os diamantes”) teria produzido uma arquitectura profundamente culta e original, baseada numa certa “limpeza” (desornamentação) operada sobre modelos estrangeiros que, descomplexadamente, importou e pragmaticamente adaptou às circunstâncias específicas da sua própria realidade.”<sup>102</sup> Este é o pano de fundo de todo o jornal. Na Mesa Redonda – Chão, Moderno, Híbrido 1<sup>103</sup> –

---

93 Manuel Graça Dias. Editorial. JA 195. P.10.

94 A Cidade e as Serras. JA 195

95 As Praias de Portugal 1. JA nº196. e As Praias de Portugal 2. JA 197.

96 Ana Tostões. Casas de férias modernas, anos 50 e estilo contemporâneo. A utopia de uma Doce Vida. JA 196. p.45-52. Discussão em torno do modo como os arquitectos da segunda geração do Movimento Moderno em Portugal, interpretam esse movimento e as reacções aos CIAM e encontram nas “Casas de Férias” um espaço de liberdade, de experimentação e de ensaio para uma revisão crítica, adaptada à cultura e às necessidades locais, numa proximidade com o lugar e com a natureza, anunciando o fim da “máquina de habitar”, propondo uma visão pós-moderna na interpretação do novo habitar.

97 José Manuel Fernandes. “Férias Nacionalistas e Arquitectura Tradicional”. Pedro Barreto. “A FANT, Fundação Nacional para Alegria no Trabalho: Indagações em torno da arquitectura e do turismo”. JA 196. p.31-35 e 36-42.

98 Pedro Barreto. “Pousadas de Portugal: elixir para anchietações”. JA 197. p.49-54.

99 Alexandre Alves Costa. “Então é Portugal, hein?...Cheira bem!”. “Tudo será reconhecido como património colectivo e, nessa condição, objecto de mudança e de continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a sua transformação chama-se Arquitectura. Uma sem a outra chama-se fracasso da arquitectura moderna. Citei Álvaro Siza”. JA 197. p.39.

100 “(...) a existência evidente dum expressão nacional portuguesa. (...) Esta linguagem arquitectónica foi mais condicionada pelas antigas tendências locais e pelas tradições regionais do que pela imitação das últimas modas, florentina ou romana.” George Kubler. “A arquitectura portuguesa chã, entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706”. JA 200. p.61.

101 JA 200.

102 Manuel Graça Dias. Editorial. O Internacional Local. JA 200. p.03.

### 103 Diálogo entre autores 7

Ana Vaz Milheiro, Eduardo Souto de Moura, João Luís Carrilho da Graça, Jorge Figueira e Manuel Graça Dias. Mesa Redonda. *Chão, Moderno, Híbrido 1*. JA nº200.

“JF – Nos anos 50 e 60, o Siza e o Távora são arquitectos do Movimento Moderno, dentro da chamada Revisão do Moderno. Não são historicistas, são protagonistas. A Revisão do Moderno é a procura de um outro fôlego para o Moderno, mas dentro das premissas culturais que tinham sido estabelecidas no período “heróico”.

“AVM – (...) O Moderno vive uma espécie de continuidade, que pode ter sido pontualmente interrompida ou não nos anos 60-70; envolve-se também nessa revisão, que continua no trabalho que alguns arquitectos fazem hoje. Não há uma renúncia ao longo do século; pelo contrário, há uma tentativa de integrar uma série de questões que não tinham sido consideradas naquela euforia entre guerras. Ao serem de novo colocadas, acabam por operar respostas mais interessantes. Mas é sempre com um sentido de continuidade.”

esse pano de fundo esteve também presente, a partir da discussão do projecto de Álvaro Siza para o edifício do seu atelier, juntamente com Eduardo Souto de Moura e Fernando Távora. De facto o que nos parece interessante perceber é o modo como, mais uma vez, é pensado o Movimento Moderno em Portugal, a sua “revisão” e as suas diferentes interpretações. A complexidade da obra de Álvaro Siza não permite um consenso entre os oradores mas, é possível perceber que de algum modo existe, por um lado, uma continuidade e um revisitar do Movimento Moderno<sup>104</sup> por parte de Siza mas por outro, uma interpretação do real e uma experimentação que procura acompanhar os novos contextos<sup>105</sup>.

No mesmo JA, Alexandre Alves Costa propõe uma outra leitura da condição portuguesa, observando uma evolução da sociedade portuguesa ao longo do século XX no sentido de uma continuidade que o pós-modernismo não vem propriamente alterar mas sim confirmar ou sublinhar<sup>106</sup>.

### **Cruzamento de Culturas<sup>107</sup>**

O ano de **2002** é marcado, mais uma vez, por um intenso debate em torno da condição pós-moderna e do modo como Portugal e a arquitectura portuguesa se adaptaram a essa «nova» realidade. Dentro de um consenso difícil de encontrar, é possível ler uma certa continuidade ao longo do século XX em Portugal e por outro lado encontrar exemplos particulares de revisões do Moderno, muito antes de se falar em pós-modernismo<sup>108</sup>. Talvez seja também essa a condição da arquitectura portuguesa. A

---

104 “JLCG [dirigindo-se a ESM] – Tu achas que nós hoje continuamos no Movimento Moderno? EDS – Ainda não apareceu nada para o substituir. Os meios é que se alteraram. MGD – É tudo uma questão de vocabulário”. JA 200. p.21.

105. “ESM – Para além desse sentido de permanência, acho que há um outro aspecto a considerar: o Siza tem vindo sempre a encontrar os seus heróis nos movimentos contemporâneos; o Alvar Aalto, primeiro, depois aparece o Venturi, com a Complexidade e Contradição, depois o Rossi, com a Arquitectura da Cidade, e ainda o Loos, com os volumes esburacados. Em cada década, quando aparece um novo movimento, novos materiais, nova reflexão teórica, o Siza discute-os, adere, mostra-os a toda a gente”. JA 200. p.23.

106 “A acrescentar que, no século XX, a arquitectura portuguesa não teve significativas motivações ideológicas, nunca se tendo definido como código totalizante. Tomemos como exemplo a ambivalência dos significados da “casa portuguesa”, a inexistência de uma convicta arquitectura fascista ou a dificuldade de explicitação formal do neo-realismo.

Por isso a polémica – pobre embora – sobre o que vagamente se chama pós-modernismo na arquitectura, pouco tem a ver com a nossa realidade. Penso que se deve admitir, com Boaventura Sousa Santos, que algumas das características que distinguem a sociedade portuguesa são intrinsecamente boas e devem ser acauteladas no processo de desenvolvimento. Talvez aí resida, de resto, a contribuição nova que a sociedade portuguesa pode trazer ao paradigma emergente da pós-modernidade. Trata-se, no fundo, de ousar pensar que a sociedade portuguesa tem algumas características por assim dizer pré-pós-modernas.” Alexandre Alves Costa. Excertos de Escritos dispersos dos anos 80. JA nº200. p.37.

107 “A evolução de arquitectura portuguesa é marcada pela condição de cruzamento de culturas e pautada pela alternância ou simultaneidade de estrangeiros nacionalizados e nacionais estrangeirados.” Adalberto Dias, Alcino Soutinho, Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza Vieira, Domingos Tavares, Eduardo Souto de Moura e Sérgio Fernandez, “Depois do Modernismo”, JA nº208. p.09.

### **108 Diálogo entre autores 8**

Adalberto Dias, Alcino Soutinho, Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza Vieira, Domingos Tavares, Eduardo Souto de Moura e Sérgio Fernandez, “Depois do Modernismo”. JA nº208.

“A obra de Fernando Távora é um exemplo das tensões criadas pela necessidade cultural de aceitar o movimento moderno e simultaneamente respeitar as raízes do nacionalismo como factor contrário ao regionalismo fascizante. (...) Encontro da formação académica conservadora com a formação pessoal neoplástica. (...) Daí a importância de assumir uma coerência disciplinar alargada, de não recusar a compreensão da história na sua dimensão valorativa e crítica, com particular atenção à mais recente história dos factos urbanos, espontâneos ou eruditos. (...) Eis porque a ruptura das máquinas produtivas europeias pouco tem a ver com a nossa condição; eis porque o que produzimos não pode senão aparentemente ou artificialmente incluir-se nas mesmas coordenadas, eis porque a polémica em torno do que vagamente se chama pós-modernismo não pode provocar mais ansiedade do que as condições desesperadas do exercício da profissão em Portugal.”

importação e adaptação ao Moderno terá sido em certos casos pós-moderna, sendo o momento de assimilação simultaneamente um momento de transformação<sup>109</sup>.

### Heterodoxia<sup>110</sup>

A densidade dos temas apresentados em cada dossier do JA de 2003 obriga que a selecção de temas e textos agora apresentados deixe de fora uma outra possível selecção igualmente fundamental. No entanto, e no contexto deste artigo, pretendemos salientar dois números, um inteiramente dedicado à crítica de arquitectura<sup>111</sup> e outro ao património<sup>112</sup>. No primeiro, encontramos sobre a arquitectura portuguesa um conjunto de reflexões que nos transportam de novo para um diálogo entre contradições e valores permanentes, numa espécie de dicotomia incontornável da arquitectura portuguesa e talvez

---

109 Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza Vieira, Domingos Tavares, Eduardo Souto de Moura e Sérgio Fernandez, "Um quadrado a menos". JA nº208.

"AAC – (...) Diz-se até, em certo momento, que a realidade nacional assume, sempre, importância cultural moderadora. Faltou-nos dizer que terá sido sempre assim, ao longo da história da arquitectura portuguesa, não só no século XX, o que justificou uma certa resistência às modas ou a sua interpretação com algum senso. (...)

AAC – Depois dois anos 50 e da releitura do Movimento Moderno feita por Távora e por outros, é aqui que se dá o grande salto, uma espécie de pós-moderno ideológico ou re-ideologizado. Porque é que eu digo o SAAL é verdadeiramente pós-moderno, no sentido mais profundo do termo? (...) AAC – O respeito pela tipologia, pelas implantações pré-existentes, pela escala, pelo minimalismo da linguagem da pobreza, etc., começou a aparecer na segunda fase de S. Victor... E aqui creio ganhámos, prematuramente, a luta contra o academismo classisizante do pós-moderno.

Com o SAAL ganhámos, assim, terreno para aquilo que chamo verdadeiro pós-modernismo, no sentido que lhe dá o Boaventura Sousa Santos. "Matámos", à nascença, o pós-moderno de importação e inventámos o nosso pós-moderno, com senso da medida e da utilidade. Acho que acabaram por perder os dois! (...)

AAC – O que a arquitectura portuguesa faz, é absorver, razoavelmente bem e com algum senso e algum sentido da realidade, os valores estruturais, muito mais do que os valores epidérmicos. Só em certos momentos – no Manuelino, no Barroco de D. João V – mas são momentos com um certo grau de perversidade! O normal não é isso... (...)

ESM – Quanto a mim, esse texto não era contra o pós-modernismo! O que houve foi uma certa desconfiança, no sentido de dizer, "Porque é que vamos entrar...". É como se dissesse: "Se ainda não conseguimos ser modernos, porque é que já devemos ser pós?"

Ainda ninguém sabia muito bem o que era o pós-modernismo, o significado da palavra. Só mais tarde lemos o Lyotard e o Habermas. Depois foi fácil toda a gente fazer uma certa crítica e voltar-se contra o Lyotard. Eu hoje ao ler o texto pensei: "Afinal, tínhamos razão; sem saber, tínhamos razão!". Mais tarde, o Lyotard fez auto-crítica – e o Habermas já tinha escrito um texto duro em relação à Bienal de Veneza – e afinal veio-se a provar que a racionalidade não era nada o que se dizia e veio o Damásio e o Erro de Descartes... Afinal o Habermas tinha mais razão."

"ASV – Quando o Corbusier faz Ronchamp dá um pontapé na racionalidade, muito antes do pós-moderno..."

"AAC – Porque a Casa dos Bicos é uma espécie de pós-moderno possível. Nas condições e escala da arquitectura portuguesa, talvez seja a obra mais pós-moderna. E porque, apesar de tudo, tem justificação, tem valor, tem a componente da visibilidade... (...) No caso Manuel Vicente, era uma espécie de retorno a um certo romantismo... A um certo revivalismo chão. E eu acho que isso é pós-moderno, não é? E acho que é uma obra que vale a pena ser discutida. Eu discuto-a."

"ASV – A Casa de Ofir é a concretização directa de uma coisa muito mais antiga. Há ali uma continuidade..."

"ASV – Aliás, há uma coisa muito interessante na Casa de Ofir: tem um esquema, directamente, bauhausiano – é uma casa inspirada no modernismo, que se vivia nessa altura -, mas, depois, vai buscar o ambiente, a componente da continuidade. Há lá uma grande sensibilidade à mudança."

110 "Restaurar, recuperar ou reutilizar é sempre, para Távora, a busca de uma síntese que recolha o fluir do tempo e possa acolher serenamente o futuro. A desejada leitura daquele processo dinâmico não deve pôr em causa a ordem estática do espaço. Neste aparente paradoxo se constrói o conceito para cada projecto, sendo que este será, sempre, decorrente de exaustiva análise formal e histórica de cada objecto arquitectónico. (...) A actualização da pré-existência vai cruzar contradições no método projectual e obrigar à heterodoxia. A nova ordem resultante do desígnio e da necessidade é complexa e perversa e leva ao reconhecimento da impossibilidade de aplicação pura do modelo teórico e igualmente à consideração última de que o futuro será sempre incerto e a obra sempre sujeita a novas intervenções transformadoras. Távora não quer habitar o caos, como se de esplendor se tratasse, quer habitar o próprio esplendor." Alexandre Alves Costa. "Cumplicidades". JA nº213 p.42.

111 Situação-Crítica, JA 211.

112 À lá recherche du temps perdu, JA 213.

### Diálogo entre autores 9

" (...) usaram o real, que contém o seu passado e o futuro desejado, encontrando a regra, a sua, a partir do existente, caso a caso e sempre legível em cada obra. E espero que, como dizia Álvaro Siza, tudo venha a ser «reconhecido como património colectivo e, nessa condição, objecto de mudança e de continuidade»". Alexandre Alves Costa. "O património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade". JA 213. p.13.

reveladora da nossa identidade, entre ruptura e continuidade<sup>113</sup>, internacional e local<sup>114</sup>. No segundo, em torno do restauro e da reposição, observamos o constante paradoxo que Távora e outros perseguiram para dialogar simultaneamente com o passado e com o futuro, no sentido de construir, com naturalidade, uma síntese para o presente<sup>115</sup>.

### **Poética do silêncio<sup>116</sup>**

Sendo 2004 o último ano sob a direcção de Manuel Graça Dias, elegemos precisamente o seu último número, por representar o final de um fio condutor construído entre a memória, a diversidade, a coerência e o desassossego deste conselho editorial. Para fechar este período entre 2000 e 2004, é necessário sublinhar o modo como em diferentes campos disciplinares foi afirmada uma diferença identitária, sem que essa representasse um distanciamento do contexto internacional ou um alheamento de uma cultura global, mas sim uma maneira particular de compreender o contexto<sup>117</sup>, de transformar o real, recuperando as melhores experiências que a memória guardou e deixando de lado a imposição de uma arquitectura exclusivamente internacional<sup>118</sup>, mais populista do que culturalista.

### **Acumular de experiências<sup>119</sup>**

---

113 "Actualmente há em Portugal talvez duas "tendências" à procura de "cânone". Uma primeira, que se mantém ancorada a uma tradição de «conflito», e uma segunda que se motiva numa lógica de «dissipação». (...) Basicamente, a primeira dedica-se a temas centrais, assumindo integralmente a natureza pública da arquitectura; a gestão e reinvenção das cidades; a tensão entre arquitectura e «senso comum»; a história da arquitectura como componente «cultural» indissociável da disciplina. (...) A segunda «tendência» procura uma abordagem «dissipadora» que reflecta a precariedade ou a inexistência de "cânone". Não pretende ocupar o «centro» mas, pelo contrário, tomar conta de uma marginalidade «neovanguardista» possibilitada pelas alterações profundas no campo das tecnologias (de comunicação e de representação) e as suas inevitáveis consequências. Daí sua insistência num «corte geracional» e a sua tentação «tábua rasa». Jorge Figueira. "Crítica de Arquitectura em Portugal: Conflito e Dissipação". JA nº211 p.109.

114 "(...) assinalando as duas tendências dominantes, internacional e regionalista, porque a arquitectura portuguesa "seguiu até uma certa extensão, as tendências modernas" sem no entanto deixar de "traduzir o carácter e as condições do país onde foi criada (...), de ser verdadeiramente representativa." Ana Tostões. "Afirmação, Questionamento e Contestação do paradigma moderno". JA nº211 p.23.

115 "A Casa dos Bicos resulta de uma interpretação activa da história o que não impediu a sua transformação absoluta numa obra contemporânea e de autor. (...) mostrou a todos como a história para os arquitectos é não só o deslumbramento e o respeito pelo nosso próprio passado tão rico e tão diverso, como ferramenta operativa no nosso trabalho, teórico ou prático, indispensável para a compreensão e permanente construção do presente." Alexandre Alves Costa. "Sopa de Cação com fundo Heterodoxo". JA nº213 p.110.

116 "Bernardo Soares escreve sobre si como se não fosse ninguém, com a aplicação conscienciosa do contabilista. Não trata do Nada grandioso que inspirava as efusões épicas do engenheiro que Álvaro de Campos foi, mas dos "nadas" que retiram a esse antigo sócia de Deus o seu esplendor imaginário. A condição de "escravo cardíaco das estrelas" não é a sua. O deslumbramento fictício perante o esplendor delas não o exalta e não merece mais do que uma referência distraída, quase indiferente. (...) A escrita como desistência é o assunto único da prosa de Pessoa e é como anunciador – em linguagem transparente – dessa evidência, que o Livro do Desassossego se tornou, onde quer que seja lido, a pura poética de um silêncio que, hoje em dia, coexiste com todas as manifestações escritas." Eduardo Lourenço. "Uma Poética do silêncio (sobre o L. do D.)". JA nº217 p.05 e 06.

#### **117 Diálogo entre autores 10**

"No nosso tempo e contexto, o "contemporâneo" é uma espécie de transe, um espelho baço para todos os relativismos. Em Portugal ainda estamos a decidir se alguma vez fomos modernos, e já o "contemporâneo" nos entra em casa como um tsunami.

Pessoalmente interessa-me o momento "onde as coisas se precipitaram", como diz Eduardo Prado Coelho: "Podemos ser tentados a saltar etapas, e talvez não haja alternativa para isso, mas não podemos deixar de tentar recuperar o que havia de positivo e de enriquecedor nas etapas que foram saltadas: porque doutro modo perdemos em todos os tabuleiros". Jorge Figueira. "Para lá do "contemporâneo" regressando a Rossi". JA nº217 p.51.

118 "Uma só palavra – chã ou chão – resolvia o dilema da exterioridade portuguesa; sintetizava a "emancipação das normas académicas", através da aplicação de "características (...) vinculadas a um (...) complexo de tradições portuguesas". Perduravam, contudo, ansiedades antigas e enraizadas. Para uma sociedade culturalmente acoitada, consciente de ser só "imprecisamente moderna", Kubler revelou sentido de timing: em Portuguese Plain Architecture corria paralela a perspectiva de termos sido – algures numa história "alargada" – verdadeiramente "modernos". Ana Vaz Milheiro. "Baixa Corrente (O efeito Kubler)". JA nº217 p.57.

119 "Supera a sensibilidade do Movimento Moderno e define um novo tipo de racionalismo baseado na reflexão e no acumular de experiências a partir do concreto, do pormenor, a partir do respeito pelo senso comum." Ana Tostões. "Um composto e uma mistura: homenagem a Fernando Távora". JA nº220-221. p.50.

Durante o ano de **2005** foram publicados dois números semestrais, divididos entre a antiga direcção de Manuel Graça Dias e a direcção de José Adrião e Ricardo Carvalho. O primeiro número apresenta uma selecção de textos do JA publicados entre 1981 e 2004, organizados em quatro períodos, por quatro editores – Jorge Figueira (1981-1987), Jorge Nunes (1987-1993), Ana Vaz Milheiro (1993-2000) e Manuel Graça Dias (2000-2004). A compilação de textos assume um formato de “livro” que apresenta um “retrato dos anos que atravessaram, uma ilustração do modo de pensar, fazer, divulgar e reflectir a arquitectura, a ilustração de um determinado desejo de cidade.”<sup>120</sup> O texto introdutório de Jorge Figueira, refere-se às três primeiras direcções e reflecte de forma clara aquelas que eram as questões essenciais daquele período, sublinhando que “o acontecimento e o debate que une (mais do que desune), esta primeira fase do JA é o pós-modernismo<sup>121</sup>”. Jorge Nunes apresenta uma selecção de textos centrada nas questões em torno da identidade – “a reflexão sobre a especificidade da arquitectura portuguesa impôs-se como desígnio histórico, indo ao encontro de uma vocação nacional mais vasta; a de constantemente pensar a sua identidade”<sup>122</sup> – que alguns acontecimentos na transição dos 80 para os 90 voltaram a colocar, nomeadamente a exposição “Arquitectura portuguesa Contemporânea: anos 80/90”, a crescente divulgação do trabalho de Siza Vieira, a exposição Points de Repère, Architecture du Portugal, entre outros. O texto de Ana Vaz Milheiro centra-se nos anos correspondentes à direcção de Michel Toussaint e realça algumas das questões que anteriormente já tivemos a oportunidade de referir, quanto ao compromisso desta direcção em manter uma publicação regular, à diversidade e pluralidade dos projectos publicados, a algum apagamento de textos de crítica de arquitectura e é claro à questão transversal a este período entre “o pós-modernismo «lisboeta», encerrando o seu ciclo mais criativo; e a «severidade» contextualista da “escola do Porto”, fortalecida com a atenção internacional dos anos 80.”<sup>123</sup> Finalmente o texto de Manuel Graça Dias, reafirma o «projecto» a que a sua direcção se propôs entre 2000 e 2004, para uma nova série “mais espessa – espessa de ideias, de registos, de críticas, de interrogações, em forma de textos, buscados os temas por entre aqueles que a arquitectura diária nos lembra, mostra, inquieta, traz.”<sup>124</sup>

O segundo e último número de 2005, é o primeiro da direcção de José Adrião e Ricardo Carvalho e propõe que este, tal como a nova série, seja “construída à volta de um tema central de reflexão sobre a prática arquitectónica presente (...) e que cada número seja “dividido em cinco secções: «Crítica», «Persona», «Dossier Fotográfico», «Projectos» e «Vírus».”<sup>125</sup> Quanto a este primeiro número duas notas: a primeira para sublinhar a presença de um artigo de Ana Tostões, sobre Fernando Távora<sup>126</sup>, num JA sobre o tema “Híbrido: Quando não se reconhece a matriz”, reafirmando a capacidade da arquitectura

---

120 Editorial JA 218-219 – Antologia 1981-2004.

121 Dos bispos do Moderno às drag-queens do pós-modernismo, JA 218-219, p.10.

122 Anos 80/90 (in) diferença e resistência, JA 218-219, p.91.

123 Ser Cristalino, em tempo de espelhos, JA 218-219, p.151.

124 Porque “adequado”? JA 218-219, p.222 e 223.

125 Editorial JA 220-221, p.02.

126 “Távora está a falar na contingência do processo de criação, dos dados do programa, do sítio, da vontade do encomendador, da formação do arquitecto e da necessidade imperiosa de síntese como valor disciplinar.” Um composto e uma mistura: homenagem a Fernando Távora, JA 220-221.



portuguesa de se adaptar às circunstâncias, sem que se deixe de reconhecer por entre um carácter híbrido e eclético uma especificidade portuguesa; a segunda, a publicação do projecto de Álvaro Siza do Museu para a Fundação Iberê Camargo, em Porto Alegre. Mais do que híbrido, este projecto parece-nos ser uma nova síntese, talvez síntese de todas as sínteses que Álvaro Siza realizou até momento. Pegando numa frase de Fernando Távora, sobre o trabalho realizado por Siza Vieira na Holanda, arriscamos aqui a dizer que novamente Siza, foi mais brasileiro que os próprios brasileiros, estabelecendo uma nova dimensão na relação entre razão e emoção, interior e exterior, forma e função.

### **Bom senso**<sup>127</sup>

Uma maior atenção sobre a contemporaneidade é proposta pela nova direcção de José Adrião e Ricardo Carvalho a partir do ano de **2006**. Os temas eleitos acompanham as últimas tendências internacionais e a revista procura um compromisso com as necessidades comerciais e as necessidades ou os propósitos a que se propõe, parece-nos no entanto, no âmbito deste artigo, importante observar que os seus temas – Programa<sup>128</sup>, Escassez<sup>129</sup>, Morada<sup>130</sup> e Infra-Estrutura<sup>131</sup> – apesar de tratados no presente, estão necessariamente enraizados no passado, e que o contexto português impõe inevitavelmente: um regresso à capacidade do comitente, à economia de meios, ao problema da habitação e à relação com o poder político, respectivamente. Neste sentido, lemos muito mais uma continuidade ao nível dos textos e projectos publicados, do que propriamente uma ruptura. É certo que a arquitectura e os arquitectos internacionais surgem com mais frequência, ainda assim a arquitectura portuguesa que surge lado a lado com a outra, a internacional e que se parece querer mais descontextualizada, distingue-se, incompreensivelmente, no mais simples folhear do JA. “Realmente existe uma grande diferença entre o novo e a repetição constante do «novo». (...) Penso que é necessário não obstruir o papel do grande arquitecto que é o tempo. (...) É o tempo que faz a densidade, o interesse e o carácter apaixonante de uma cidade.”<sup>132</sup>

### **Gerar consensos**<sup>133</sup>

Em **2007** quatro novos temas são lançados em discussão – Ilegal, Férias, Público e Tempo. No primeiro número do ano “questiona-se o facto das instituições reguladoras poderem legislar no espaço privado da

---

127 “(...) Depois actuámos a partir de fragmentos, estação a estação, e tentámos ser lúcidos de modo a perceber quais eram os elementos com os quais queríamos trabalhar. (...) Mas conseguimos estabelecer estratégias pontuais, sempre economicamente viáveis para o dono de obra. Não foi, por isso, nenhuma visão global sobre o território, a cidade, os transportes ou a arquitectura. Foi sim actuar ponto por ponto e com algum bom senso e, por somatório, ir tirando conclusões. À medida que o corpo de conclusões foi aumentado, aumentou também a capacidade de responder a outras questões.” Eduardo Souto de Moura conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho, Lisboa, 24 de Outubro de 2006, – Persona – JA 225. p.57.

128 JA 222.

129 “A escassez como condição é o tema do JA 223. Afecta, nas suas várias vertentes, o mundo de hoje e adivinha-se que a inacção face ao problema no contexto português se poderá prolongar no tempo e tornar-se estrutural.” José Adrião e Ricardo Carvalho. Editorial. JA 223. p.02.

130 JA 224.

131 JA 225.

132 Álvaro Siza conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho, Porto 20 de Junho, 2006 – Persona – JA 224.

133 “Sinto uma necessidade quase visceral de gerar sínteses, coerências projectuais que envolvam essa situação de diálogo. E talvez por isso possa aproximar um pouco do querer gerar consensos. Defendo uma arquitectura muito dialogada. Defendo também uma dimensão experimental na arquitectura, embora sinta na nossa prática que não temos a disponibilidade de uma amplidão experimental, nem tecnológica nem cultural.” Gonçalo Byrne conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho, Lisboa, 26 de Julho de 2007, – Persona – JA 228. p.62.

morada.”<sup>134</sup> Nesse contexto são entrevistados os arquitectos Manuel e Francisco Aires Mateus e é novamente publicado o projecto da Casa na Arrábida, de Eduardo Anahory.

Recuperando uma temática já explorada pela anterior direcção, o segundo número é dedicado ao tema do turismo enquanto actividade que “possui uma relevância económica em termos globais (e em particular no Portugal contemporâneo), o que obriga a arquitectura a procurar novas relações com o mercado de trabalho que este representa.”<sup>135</sup> Deste número destacamos o artigo de Inês Leite sobre o atelier Conceição Silva.<sup>136</sup>

No terceiro número, novamente uma entrevista com um arquitecto português, desta vez, Gonçalo Byrne. Em conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho, o arquitecto fala da importância do espaço público, da necessidade de uma arquitectura dialogada, recuperando as ideias do projecto SAAL para Setúbal, as resistências encontradas em Alcobaça e reafirmando uma lógica de continuidade, aglutinadora de diversidades e adaptada às novas circunstâncias económicas e políticas.

Do quarto e último número, dedicado à “possibilidade de permanência” e à “relevância da memória e singularidade de determinados espaços públicos, edifícios e cidades”<sup>137</sup> destacamos o artigo de Graça Correia Raggazzi, sobre Ruy Athouguia<sup>138</sup>, trazendo para o debate, a pertinência do projecto moderno na contemporaneidade, “curiosamente um caminho retomado na geração seguinte por Eduardo Souto Moura, que apesar de não o conhecer explora as mesmas bases neoplásticas da arte moderna que Athouguia sedimentou de forma consistente em Portugal.”<sup>139</sup>

## **Resistência<sup>140</sup>**

Mantendo a estrutura editorial do ano anterior, em **2008** são publicados quatro novos números trimestrais – Standard, Cidade, Política e Desejo. Em cada um deles o núcleo «Persona» é inteiramente dedicado a arquitectos portugueses – Promontório<sup>141</sup>, João Luís Carrilho da Graça<sup>142</sup> e Manuel Salgado, o último

---

134 Editorial, JA 226.

135 Editorial, JA 227.

136 “No rescaldo do Inquérito à Arquitectura Popular (1955-1961), o pequeno hotel (projecto 1960/61 – construção 1962/63) organicamente encaixado na encosta sobranceira ao mar constitui-se como umas das mais qualificadas obras de revisão do movimento moderno em Portugal, conciliando princípios racionalistas com referências da arquitectura vernacular, nomeadamente mediterrânica.” Inês Leite. “Atelier Conceição Silva: Território e Turismo”. JA 227. p.26 e 27.

137 Editorial, JA 229.

138 Permanência do Moderno – Ruy Athouguia, JA 229.

139 Graça Correia, Permanência do Moderno – Ruy Athouguia, JA 229, p.35.

140 Ricardo Carvalho – “(...) Aos olhos da Europa, a arquitectura portuguesa, seja lá o que isso for, e partindo do princípio que ela existe, é de resistência. Resistência face aos pressupostos tecnológicos e culturais existentes na Europa. A arquitectura portuguesa, via Álvaro Siza, conseguiu encontrar um lugar no panorama internacional. Porque ainda fala de coisas de que já não é possível falar em Inglaterra ou na Alemanha.” JA 233. p.42.

## **141 Diálogo entre Autores 11**

“Não há aqui uma ideia de continuidade por um lado e de ruptura por outro. Para romper é preciso saber com o que é que estamos a romper. Não se pode fazer o que quer que seja como e não houvesse passado: isso é uma arrogância. João Luís Ferreira e Paulo Martins Barata conversam com José Adrião e Ricardo Carvalho, Lisboa 22 de Fevereiro, 2008, Promontório – Persona – JA 230. p.51.

Ainda não recuperámos do Pós-Modernismo. As implicações que teve no facto das pessoas aceitarem determinado tipo de coisas. Nalguns casos até a exigir um determinado tipo de formalismo. Era impensável nos anos 70 um hotel, ou uma sede de um banco, serem edifícios de uma arquitectura falsa. A cidade de S. Paulo tem arranha-céus cheios de mansardas!

Vem tudo nessa esteira terrível do Pós-Modernismo. E onde este feriu mais foi no turismo. Porque esse era o lado mais inventivo, o lado do sonho.”

142 “O que me parece fundamental é o trabalho da permanente adequação entre o que se constrói e as questões que se colocam à produção de Arquitectura. (...) O que me interessa mais é a possibilidade de o arquitecto construir em

número, por ser o fecho desta direcção, reúne um conjunto de autores no sentido de realizar um primeiro balanço dos últimos três anos do JA. No âmbito deste artigo e do estudo da arquitectura portuguesa, parece-nos que este núcleo – Persona – é o mais significativo das publicações realizadas por esta direcção, não só pelo facto de associar e relacionar arquitectos portugueses a temáticas e programas mas principalmente por “convocar esta multiplicidade de modos de pensar”<sup>143</sup>.

Ao longo destes três anos da direcção de José Adrião e Ricardo Carvalho observamos um aumento do debate em torno da contemporaneidade na arquitectura portuguesa<sup>144</sup>, no entanto, a obrigatoriedade de “cumprir objectivos de vária ordem” – “reflexão académica”, “debate cívico” e “publicação de projectos”<sup>145</sup> – ao mesmo tempo que permite uma diversidade de leituras e pontos de vista dentro de cada tema, também implica um menor aprofundamento das questões, “por isso é que acho que o papel de uma revista é tendencialmente pernicioso, porque as revistas, e principalmente o seu sucesso comercial, vivem precisamente do contrário do que deveria ser o questionamento ou a reflexão sobre essas questões. Vivem precisamente da dependência directa de uma fotogenia ortodoxa. Interessa que a fotografia seja sedutora, e isso parece garante do êxito quer das revistas quer da arquitectura.”<sup>146</sup>

Percorridos 27 anos de publicações, 233 números, que representam 177 jornais publicados e 8 direcções do Jornal dos Arquitectos, apresentamos três notas finais:

. a primeira refere-se a uma leitura sistemática dos critérios editoriais e organiza o JA em cinco grandes momentos – o primeiro, entre 1981 e 1988, mostra um JA sob a forma de um jornal ou boletim informativo, preocupado sobretudo em acompanhar a vida associativa e em encontrar uma estrutura ideal para comunicar com os associados e a sociedade; o segundo, entre 1989 e 1991, aproxima-o do formato de revista, introduz a lógica das temáticas por jornal mas, apesar de mais estruturado, está ainda

---

sintonia com o que acontece no mundo, ter um papel positivo e construtor, e não um papel secundário, ligado à imagem ou ao sistema de produção de significados comercializáveis. Esta forma de actuar foi evidenciada durante o Movimento Moderno. A partir dos anos 60 isso perdeu-se. Gosto de me situar nesta utopia – que pode parecer anacrónica, mas para mim não é. Isto pode tornar verdadeiramente útil e pertinente o nosso trabalho como arquitectos” João Luís Carrilho da Graça conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho, Lisboa 22 de Maio, 2008 – Persona – JA 231. p.41 e 42.

143 Ricardo Carvalho. JA 233, p.36 e 37.

144 Conversa entre Cláudia Taborda, Joana Vilhena, José Adrião, José Capela, Jorge Carvalho, Pedro Cortesão e Ricardo Carvalho, Lisboa, 26 Dezembro, 2008. JA 233.

Ricardo Carvalho – “(...) Porque a arquitectura que se faz em Portugal ainda hoje está muito constrangida por condições imediatas da profissão – pelas suas vicissitudes quotidianas. Na generalidade ainda não é possível associar a prática ao pensamento ou reflexão. Ao invés, existe o desejo de algumas pessoas produzirem investigação académica, mas por sua vez não se contaminam com a prática. Parece-me que assistimos apenas à confirmação de um facto que conhecemos há décadas.”

José Adrião – “(...) O tema mais fácil foi o número Tempo. Parece que este tema é uma recorrência na arquitectura portuguesa. Os processos de trabalho que incorporam discursos sobre o tempo, sobre os materiais, sobre a perenidade e sobre a memória. São temas bastante caros ao discurso actual.”

José Capela – “(...) Parece-me que ainda estamos a misturar esse mundo da sociedade de consumo com uma certa ortodoxia formal herdada de uma geração anterior, ligada a uma ideia de contenção. O que dá um híbrido muito português, de facto.”

Cláudia Taborda – “(...) Perdeu-se a geografia da especificidade da obra, que considero ser ainda dos aspectos mais importantes da arquitectura portuguesa. Porque há obras, com características universais, que em Portugal não são possíveis, porque nos faltam aspectos de ordem tecnológica, de ordem prática, de ordem de gestão. Ainda que possamos desejar, nem sempre há cultura para as absorver e fazer durar.”

145 José Capela. JA 233, p.35.

146 José Capela. JA 233, p.38.

condicionado por um carácter noticioso; o terceiro, entre 1992 e 1999, representa um período, talvez demasiado longo, no qual são privilegiados os concursos e onde se verifica a maior publicação de projectos; o quarto, entre 2000 e 2004, é um período de viragem mas também de amadurecimento e de crescimento em direcção a uma plataforma de debate cada vez mais coerente e abrangente, numa constante mediação entre passado, presente e futuro; o quinto e último período, entre 2005 e 2008, apresenta grande unidade formal e de conteúdos, preocupando-se sobretudo em debater a contemporaneidade, no sentido de um pensamento mais centrado na cultura global, na universalidade e em proximidade com o ambiente internacional.

. a segunda nota refere-se ao conjunto de temas centrais que no âmbito da arquitectura portuguesa fomos sublinhando ao longo do texto e que são transversais a todas as direcções, nomeadamente, os temas em torno da discussão do Movimento Moderno, da Casa Portuguesa e do Congresso de 48; os temas sobre a revisão do moderno, os anos 60, o pós-modernismo e a condição pós-moderna portuguesa; e finalmente o tema do Património, da discussão dos conceitos de monumento, reabilitação, recuperação e restauro.

. a terceira nota reporta-se àquelas que foram as premissas iniciais para a observação dos JA e os (pré)conceitos lançados relativamente à arquitectura portuguesa e a uma possível especificidade. O conjunto de textos e citações apresentadas representa parte de um vasto quadro de caracterização da arquitectura portuguesa, exposto por uma diversidade de autores, que apontam para um conjunto de valores permanentes, que a partir de diferentes pontos de vista, coincidem na observação de uma condição de “circunstância”, “contingência” e “adequação” a um contexto e a um território; coincidem na descoberta constante de um “bom senso”, de uma “maneira de fazer” e dos “modos de uma arquitectura”, a partir de um “cruzamento de culturas” e de um “acumular de experiências”; coincidem na identificação de “diversidades” e “elementos contraditórios” e coincidem no reconhecimento de uma permanente celebração da “memória” e da “tradição”, preferindo a “continuidade”, a relutância e a “resistência” e procurando “gerar consensos” e “compromissos” que têm conferido à arquitectura portuguesa um certo carácter unitário, possibilitando a sua identificação quando compara com outras.

De facto, é nesta diversidade de pontos de vista e numa certa unidade na identificação de valores permanentes, que temos encontrando um referencial para uma especificidade da arquitectura portuguesa que, entre notas (im)precisas e dados (des)conhecidos, vamos continuar a pesquisar.

Agradecimentos:

À Professora Doutora Marieta Dá Mesquita pelo convite e constante apoio e motivação.

Aos arquitectos Jorge Figueira, Manuel Graça Dias e Michel Toussaint pela partilha de experiências e preciosos contributos para um entendimento mais profundo das diferentes realidades do Jornal Arquitectos.